

---

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**10**  
**Abril**  
2017

# CLIP PING



# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

---

10/05/2017

Processo judicial eletrônico será instalado em Comarcas do Sul do ES

NESTA QUARTA

## Processo judicial eletrônico será instalado em Comarcas do Sul do ES

09/05/2017 às 18:42 - Atualizado em 09/05/2017 às 18:42

O Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), Desembargador Annibal de Rezende Lima, instala, nesta quarta-feira (10), o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas Comarcas de Cachoeiro de Itapemirim, Itapemirim e Marataízes. A Solenidade de Instalação do PJe acontecerá às 10 horas, no Fórum Desembargador Horta Araújo, localizado à Avenida Monte Castelo, s/nº, no bairro Independência, em Cachoeiro de Itapemirim.

Para o presidente do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) do TJES, Desembargador Fernando Estevam Bravin Ruy, o Poder Judiciário do Espírito Santo está num projeto sólido, constante e de longo prazo. "É muito gratificante saber que a Presidência entende esses projetos como projetos de longo prazo, saindo do imediatismo para a implementação dos processos eletrônicos em unidades judiciárias", ressaltou o Desembargador.

O sistema funcionará para os processos de execuções fiscais das 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registro Público, Meio Ambiente e Execuções Fiscais de Cachoeiro de Itapemirim; da 1ª Vara de Itapemirim, e da Vara da Fazenda Pública Estadual e Municipal e de Registro Público/Meio Ambiente de Marataízes. O PJe também será instalado nos 1º e 2º Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim.

A partir da implantação do PJe fica afastado o peticionamento por outro meio, salvo as exceções legais. Entretanto, peticionamentos, recursos e incidentes vinculados a processos já em tramitação em outros sistemas judiciais não são ajuizados no PJe, sendo mantida a forma atual de procedimento. Também fica proibido o peticionamento de matéria diversa das competências especificadas ou que tramite em unidade judiciária em que o sistema ainda não tenha sido implantado.

Até o momento, mais de 22 mil processos foram protocolados no sistema e 42 unidades judiciárias já receberam o PJe. O objetivo do sistema, único e gratuito, disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é reduzir o tempo para se chegar à decisão judicial, com a extinção de atividades desnecessárias no meio eletrônico, como juntadas de petições, baixa de agravos de instrumento, juntadas de decisões proferidas por Cortes especiais ou pelo STF.



## PRIMEIRO TURNO

# Senado aprova proposta de fim da prescrição para crimes de estupro

**Texto ainda precisa passar por nova votação antes de seguir para apreciação da Câmara**

▄ O Senado aprovou por unanimidade ontem, em primeiro turno, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que torna imprescritível o crime de estupro.

Quando um crime prescreve, o agressor não pode mais ser processado nem punido pelo crime que cometeu. Atualmente, o prazo de prescrição para o estupro varia de acordo com a forma que o crime foi praticado, podendo chegar a 20 anos. Caso a vítima seja menor de 18 anos, o prazo de prescrição passa a ser contado a partir do ano em que a vítima completou 18 anos.

A PEC, de autoria do senador Jorge Viana (PT-AC), ainda precisa passar por uma nova votação no Senado antes de seguir para a análise da Câmara dos Deputados, onde também terá de ser aprovada em dois turnos por se tratar de uma alte-



A maior parte das vítimas de estupro é mulher. Proposta possibilitaria denúncia delas em qualquer tempo

ração constitucional. Se isso acontecer, o texto seguirá à promulgação.

“Com essa proposta, não cessa o direito de ação de a mulher, a qualquer momento, denunciar e exigir provi-

dências para a punição do seu agressor, o estupro”, afirmou a relatora da proposta, senadora Simone Tebet (PMDB-MS).

A parlamentar também apresentou dados do Insti-

tuto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) sobre a subnotificação de casos de estupro, crime que é coetido principalmente contra mulheres.

“Cinquenta mil casos

de estupro são denunciados por ano, estima-se que isso seria só 10% dos casos. Estamos falando de 500 mil casos de estupro tentados ou consumados no Brasil”, acrescentou Si-

## DENÚNCIA

“Com essa proposta, não cessa o direito de ação de a mulher, a qualquer momento, denunciar e exigir providências para a punição do seu agressor, o estupro”

**SIMONE TEBET**  
RELATORA

## 20

anos

É o tempo a que o prazo de prescrição para o estupro pode chegar.

mone Tebet.

Pela Constituição, são imprescritíveis, atualmente, os crimes de racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e contra a democracia.

## “Discussão abre portas”, diz juíza

▄ Para a juíza Hermínia Azoury, coordenadora estadual de enfrentamento à violência doméstica e familiar, a PEC que torna imprescritível o crime de estupro é muito válida.

Segundo a juíza, o estupro é um crime hediondo e o Brasil é o que mais apre-

senta, no mundo, esse tipo de ocorrência e outras violências contra a mulher.

“Nossa cultura é muito machista e isso é preocupante. A luta para tornar o estupro imprescritível é antiga. Agora o agressor pode pensar duas vezes antes de estupro uma

mulher ou uma criança. Para mim, esse é um dos piores crimes. E infelizmente o Brasil lidera nesses casos”, lamenta.

A juíza completou que podem acontecer alterações na proposta.

“Ainda é cedo para falar mais sobre a proposta. Mas

creio que a discussão abra portas para que outros crimes se tornem imprescritíveis também. Acho que o país está caminhando para aplicações mais sérias da Lei. Se a prevenção ainda é precária, que ao menos haja uma boa repressão”, disse. (Elis Carvalho)



Hermínia diz que a luta contra prescrição é antiga

CARLOS ALBERTO SILVA - 15/06/2016

## NOVA LEI

### Policiais receberão bônus por armas apreendidas

Os policiais civis e militares do Estado podem ganhar até R\$ 3.186,50 em bonificações depois que foi sancionada, ontem, pelo governador Paulo Hartung, a lei que institui o programa que dá um bônus pela apreensão de armas de fogo sem registro ou autorização legal de porte. O governo informou que a lei possibilita que os policiais civis e militares,

inclusive oficiais do Corpo de Bombeiros, diretamente envolvidos na apreensão de armas de fogo, possam receber o incentivo.

O secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social André Garcia disse que “o bônus é um mecanismo de gestão que estimula a produtividade policial e agora é permanente, com a assinatura da lei.”

EUTAIR MORAIS/FOTOLEITOR

# PREFEITURA MULTA CESAN POR ESGOTO NO MAR

Mancha no mar  
podia ser vista  
mesmo de longe.  
Também havia mau  
cheiro no local

## Valor é de R\$ 56 mil por poluição na região da Ilha do Frade

MAÍRA MENDONÇA  
mmendonca@redgazeta.com.br

Litros e mais litros de esgoto sendo lançados diretamente na Praia do Iate, próximo à ponte da Ilha do Frade, em Vitória. A cena flagrada ontem por frequentadores da região reacendeu as discussões em torno da gestão ambiental da cidade e levou a prefeitura da Capital a tomar medidas drásticas. O município afirma que a responsabilidade pelo problema é da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) e irá multar a concessionária em R\$ 56 mil por crime ambiental.

Mesmo de longe, uma mancha escura no mar chamava atenção. Ao chegar perto, o mau cheiro não deixava dúvidas de que eram dejetos sem nenhum tratamento. Eles chegavam ao mar por uma manilha, do lado esquerdo do acesso à ponte. "Parece que algo se rompeu. A mancha já estava na metade da praia", relatou Eutair Morais, que registrou a cena quando caminhava.

### INTERDIÇÃO

O secretário de Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Vitória, Luiz Emanuel Zouain da Rocha, esteve no local junto à equipe técnica da pasta. Além da multa, ele explica que foi necessária a

### PREOCUPAÇÃO



*"Acho que poderiam investir mais nas redes de esgoto. A gente fica com medo dos problemas de pele, além dos danos ao ambiente"*

ANA CRISTINA ROSA  
AHNERT, DONA DE CASA



*"Venho aqui com frequência. É um absurdo ver um lugar que se diz turístico nessa situação. É ruim para o turismo e para o meio ambiente"*

JORGE GUEDES,  
FISCAL FEDERAL



GUILHERME FERRARI

Rejeitos sendo lançados diretamente no mar da Praia do Iate, em Vitória

interdição dos pontos 11 (80 metros à esquerda da ponte da Ilha do Frade) e 12 (100 metros à direita da Ponte, na Praça dos Desejos) até, pelo menos, a próxima sexta-feira, quando o resultado de uma análise laboratorial apontará os índices de balneabilidade.

Segundo Luiz Emanuel, o relatório feito também será enviado a órgãos como o Ministério Público Federal e Estadual e à Polícia Ambiental. Ele reclama da falta de fornecimento de informações técnicas por parte da Cesan. "A Cesan tem que dizer o que está havendo. A tarifa absur-

da que se paga pelo tratamento é incompatível com as praias com esgoto, num local que ela diz ser 100% ligado às redes", critica.

Em março deste ano, a Prefeitura de Vitória já havia anunciado que pretende rever o contrato com a Cesan após um estudo constatar que 123 milhões de litros de esgoto (vindos, inclusive, de outros municípios), são lançados diariamente em seu litoral.

Para o presidente da Associação de Moradores da Praia do Canto, César Saade, falta punição rigorosa para quem ainda não fez li-

gações à rede de esgoto. "Muitos comércios e até prédios não estão ligados. Isso gera essa situação ruim não só para moradores, como para turistas", ressalta.

Já o professor de Engenharia Ambiental da Ufes, Ricardo Franci, diz que a primeira ameaça do lançamento direto de esgoto no mar é a possível contaminação de banhistas e pescadores. Mas, se lançados em grande volume, os dejetos podem ainda reduzir o oxigênio na água, prejudicando a fauna. "Mas isso depende da quantidade, pois o mar tem grande capacidade de regeneração".

### OUTRO LADO

#### Responsabilidade é da Prefeitura

A Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) afirma que o problema técnico ocorreu em uma estação elevatória de drenagem pluvial (para água de chuva), que é de propriedade da Prefeitura de Vitória.

Segundo a Companhia, a gerência de operações técnicas instalou uma bomba no local, que opera paralelamente à bomba de drenagem. O objetivo, explica a Cesan, é coletar o esgoto que é lançado diretamente no mar de forma irregular, impedindo a poluição da Baía de Vitória.

Por meio de nota, a Cesan ressaltou, também, que a fiscalização de ligações irregulares é da prefeitura municipal. "Apesar de não ter sido informada pela Prefeitura, técnicos da empresa estiveram no local e constataram que a bomba da Cesan está operando normalmente", finalizou.

# Ministério Público capixaba em 1º no ranking da transparência

Uma avaliação feita pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) apontou que o Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) tem o melhor portal da transparência entre os MPs do Brasil.

O Conselho avaliou os portais da transparência de todos os órgãos ministeriais do País com base no quarto trimestre do ano passado. O resultado foi divulgado na última segunda-feira, no site do MP-ES.

A procuradora-geral de Justiça do MPES, Elda Spedo, destacou que o resultado “é fruto do empenho do Ministério Público do Estado na busca pelo aprimoramen-



**ELDA SPEDO: aprimoramento**

to dos serviços”.

“O primeiro lugar no ranking é resultado do esforço administrativo de todos os membros e servidores do Ministério Público, empenhados para oferecer o melhor serviço para a sociedade”, ressaltou a procuradora.

O resultado da avaliação aparece em formato de um mapa colorido, em que as cores representam as faixas de porcentagem de transparência alcançadas pelas 26 unidades do Ministério Público dos estados, além do CNMP e dos quatro ramos do Ministério Público da União (Federal, Militar, Distrito Federal e Territórios e do Trabalho).

DIVULGAÇÃO - 15/01/2016

# Anulada aposentadoria compulsória de juiz

Plenário do CNJ anula decisão dada em 2015 pelo TRF-2, mas Macário Júdice segue afastado e recebendo salário de R\$ 28 mil

Tiago Alencar

**D**epois de ter sido aposentado compulsoriamente, em dezembro de 2015, o juiz federal Macário Ramos Júdice Neto teve a aposentadoria anulada pelo plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na sessão realizada ontem.

O magistrado atuava junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), que abrange os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Macário foi acusado de, entre os anos de 2000 e 2004, ter dado sentenças irregulares. Ele está afastado do cargo desde 2005.

Apesar de ter a aposentadoria revogada, o magistrado não pode exercer a função, uma vez que seu afastamento foi decidido no TRF-2 em sessão anterior à ocasião na qual ele recebeu a punição máxima por conta de denúncias de irregularidades.

No entanto, o juiz continua tendo acesso aos benefícios da função, como o salário de cerca R\$ 28 mil, que é o teto instituído para os magistrados do Brasil.

Ao deliberarem pela anulação da aposentadoria de Ramos Júdice, os conselheiros do CNJ – que teve Arnaldo Hossepian como relator do processo no Conselho – reconheceram que o juiz foi julgado no TRF-2 durante uma sessão em que não havia quórum suficiente para decidir sobre o tema.

No dia do julgamento, 26 desembargadores estavam presentes no Tribunal. Desse total, nove se declararam impedidos de votar,



**MACÁRIO** está afastado desde 2015, mas recorrerá para voltar ao cargo

restando 17 votantes.

Para aposentar o juiz, era preciso que pelo menos 14 desembargadores votassem a favor. No entanto, apenas 10 magistrados optaram pela punição máxima.

Agora, o advogado Mauro Gomes de Mattos, que faz a defesa do magistrado, disse que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) na tentativa de fazer o juiz voltar a exercer sua função na Justiça Federal.

“Vamos recorrer ao STF para reverter o afastamento. As decisões dadas por ele foram confirmadas na 2ª instância, não houve ilegalidades”, disse Mattos.

## ENTENDA O CASO

### Afastamento

- **ACUSAÇÕES:** o juiz Macário Ramos Júdice Neto foi acusado de dar decisões irregulares entre 2000 e 2004.
- **AFASTAMENTO:** o magistrado não exerce a função desde 2005
- **APOSENTADORIA:** em 2015, 10 anos após seu afastamento, o juiz foi aposentado compulsoriamente pelos desembargadores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2)
- **ANULAÇÃO:** o CNJ anulou ontem a aposentadoria compulsória do magistrado, mas manteve seu afastamento do cargo.

## NOVELA JURÍDICA

# CNJ anula aposentadoria de juiz federal

**Afastamento de Macário Júdice, há 11 anos longe das funções, no entanto, continua valendo**

LETÍCIA GONÇALVES  
lgoncalves@redgazeta.com.br

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) anulou ontem a aposentadoria compulsória do juiz federal Macário Ramos Júdice Neto, pena máxima à qual o magistrado foi condenado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), em processo administrativo, em dezembro de 2015.

A aplicação da pena já estava suspensa por decisão do conselheiro Arnaldo

Hossepian. Agora, o plenário do CNJ determinou a anulação devido à falta de quórum para o resultado do julgamento do TRF2.

Este é apenas mais um capítulo da história. Macário Júdice está afastado das funções há 11 anos. Ele atuava na 3ª Vara Federal de Vitória.

Qualquer punição só pode ser aplicada a um magistrado por falha disciplinar caso a maioria absoluta do tribunal decida assim. Como o TRF2 tem 27 desembargadores e 26 estavam presentes à sessão, para aposentar Macário Júdice exigia-se o voto de pelo me-



Juiz federal Macário Júdice está afastado da função

DIVULGAÇÃO

nos 14 magistrados. No entanto, apenas 10 votaram pela punição máxima e oito, contra. O que também impediu o quórum mínimo foi o fato de nove desembargadores se declararem suspeitos e, portanto, impossibilitados de julgar o caso.

A anulação atendeu ao pedido da defesa do juiz. Mas o CNJ decidiu também avocar o processo e julgar no próprio conselho se Macário será ou não aposentado compulsoriamente.

Com isso a defesa do magistrado não concorda. “Vamos aguardar a publicação do acórdão e recorrer ao STF. Avocatória um

ano e meio depois do julgamento fere a Constituição”, afirma o advogado Mauro Gomes de Mattos.

Macário Júdice respondeu a dois processos no TRF2 - um administrativo e outro criminal - pelas mesmas acusações feitas pelo Ministério Público Federal: um esquema de venda de sentenças pelo qual o juiz teria recebido vantagens, além de usar o cargo para conceder liminares autorizando a importação de caça-níqueis. No processo criminal ele foi absolvido. O afastamento das funções, definido pelo TRF2 em outra ocasião, está mantido.

## Prêmio de até R\$ 955 para policiais que apreenderem armas de bandidos

Policiais e bombeiros já podem ser recompensados pelas apreensões de armas que realizarem. Um fuzil, que tem cano longo, por exemplo, rende R\$ 955 de bônus, a maior gratificação. A lei foi sancionada ontem pelo governador Paulo Hartung. A previsão orçamentária destinada às bonificações é de R\$ 1 milhão por ano.

A intenção é pagar a bonificação em até dois meses após a apreensão. Munições e acessórios também vão render bônus. Pela previsão, até PMs de folga que apreenderem uma arma serão recompensados.

LEONARDO DUARTE/SECOM



**GOVERNADOR** Paulo Hartung junto com equipe

## GIRO RÁPIDO

**Indenização para família de atropelado**

O município de Vila Velha foi condenado a indenizar, em R\$ 264 mil, os filhos de um aposentado que foi atropelado enquanto trafegava de bicicleta na Rodovia Darly Santos, por viatura da Guarda Municipal. Segundo os autos, o agente dirigia de forma imprudente, pelo acostamento, a fim de avançar o sinal, com velocidade acima do permitido.

**DARLY Santos: local do acidente**

## RECUPERAÇÃO JUDICIAL

# Temer quer mudar lei para evitar falência de empresas

Governo federal vai enviar ao Congresso projeto que busca diminuir burocracia. No Estado, 72 empresas devem ser beneficiadas

Heloiza Camargo

O presidente Michel Temer vai enviar no próximo mês, ao Congresso Nacional, o projeto de uma nova lei de recuperação judicial para as empresas, informou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

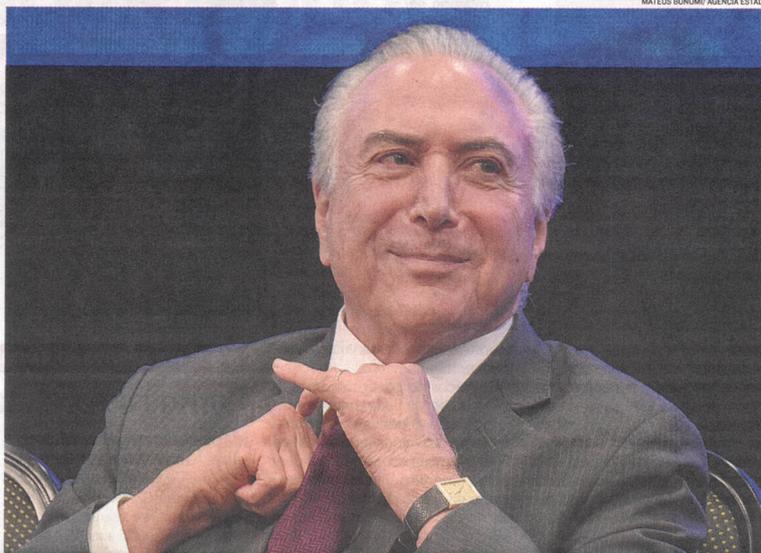
Com a proposta, Meirelles prevê a redução para dois anos, em média, de todo o processo de recuperação judicial. Hoje, esse tempo pode chegar a sete ou oito anos.

No Espírito Santo, de acordo com dados da Junta Comercial, existem, atualmente, 72 empresas dos mais diversos ramos estão em recuperação judicial.

“Aqueles que entram em recuperação possam produzir, tomar crédito e voltar à normalidade.”

“Aqueles que entram em recuperação possam produzir, tomar crédito e voltar à normalidade.”

Para o secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Bruno Funchal, a lógica de mudança na lei tem o objetivo de fazer com que, no final do processo de recuperação judicial, os ativos da empresa gerem o maior valor possível aos credores.



MICHEL TEMER pretende mudar as regras de recuperação judicial para diminuir o tempo do processo

“Com os credores, principalmente os bancos, recebendo mais, há uma tendência de as taxas de juros diminuírem, porque os riscos que eles correm passam a ser menores também. E isso leva ao crescimento de investimentos e contratação de pessoas”, explicou.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, já reconheceu, inclusive, que o juro poderia cair mais acentuadamente se instituições financeiras tivessem mais agilidade para

recuperar ativos em caso de calote.

Segundo o juiz titular da 13ª Vara Cível Empresarial Vitória, Paulino Lourenço, um processo mais rápido e simplificado só traz benefícios. “Quando mais rápido vier a solução judicial, melhor para a economia. Com segurança jurídica, todos saem ganhando”, completou.

Já o advogado Bruno Portugal, especialista em recuperação judicial e falências, salientou que, com a demora no processo, apenas uma pequena parte das empresas con-

segue, de fato, se recuperar.

“Como os trâmites se arrastam por muito tempo, a maioria das organizações acaba consumindo os bens que ainda têm na própria manutenção da sua atividade”.

Além disso, continuou, hoje existe também um problema de “timing” por parte das empresas. “Elas entram com o pedido quando já estão com a corda no pescoço. E justamente para que possam dar um ‘respiro’ é que precisamos de um processo mais célere”.

## Empresários esperam processo mais rápido

A nova lei de recuperação judicial para empresas — cujo projeto ainda vai ser encaminhado ao Congresso Nacional — é vista como positiva pelos empresários. O objetivo da mudança é que o processo se torne mais rápido.

O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Vitória, Adriano Ohnesorge, afirmou que uma tramitação mais célere traz um “gás novo” para o empresariado de forma geral.

“Isso pode fazer com que haja, de fato, a recuperação da empresa, não deixando ela chegar à falência. Neste momento de crise, qualquer medida que venha para beneficiar o empresário, e não acarretar em mais impostos, é bem-vinda”.

Além disso, afirmou, com um ambiente de negócios mais propício, as empresas podem voltar a criar renda e empregos, o que culminaria na retomada da economia.

O mesmo ponto de vista é partilhado pelo presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado (Sinduscon-ES), Paulo Baraona.

“Um processo mais rápido dá fôlego às empresas em recuperação e segurança aos seus fornecedores”.



BARAONA: fôlego às empresas

### ENTENDA O PROJETO

## Redução do tempo do processo

### O que é

▶ NO MÊS QUE VEM, o governo vai enviar ao Congresso Nacional o projeto de uma nova lei de recuperação judicial para as empresas.

▶ COM A PROPOSTA, o objetivo é que haja a redução para dois anos, em média, de todo o processo de recuperação judicial. Hoje, esse tempo pode chegar a sete ou oito anos.

▶ ASSIM, AS EMPRESAS viáveis que entrem em recuperação podem produzir, tomar crédito e voltar à normalidade de forma mais rápida.

▶ O DIAGNÓSTICO do Ministério da Fazenda é que o processo de retomada mais lenta da economia ocorreu, em parte, por conta da legislação atual, que estimula que o processo judicial se arraste por muito tempo.

cial encabeça a lista das próximas medidas do Plano de Reformas Microeconômicas que serão adotadas pela equipe econômica para aumentar a produtividade do Brasil.

▶ ESSAS MEDIDAS visam garantir que o crescimento potencial do Produto Interno Bruto (PIB), hoje entre 2% e 2,25%, se estabilize entre 3,5% e 4%

nos próximos anos.

▶ O PRESIDENTE DA FEBRABAN, Murilo Portugal já reconheceu que o juro poderia cair mais acentuadamente se instituições financeiras tivessem mais agilidade para recuperar ativos em caso de calote.

Fonte: Agência Estado.



RECUPERAÇÃO JUDICIAL demora, hoje, de sete a oito anos e é vista como entrave em momento de crise econômica

### ANÁLISE

## “Passou da hora de se criar nova modalidade de recuperação”

“É fato incontestável que as empresas brasileiras, não importa se pequenas, médias ou grandes, têm enfrentado inúmeras dificuldades financeiras, não só devido à queda acentuada e contínua da demanda por seus produtos e serviços, mas também pela elevadíssima taxa de juros incidentes sobre dívidas e inadimplência.

O País está paralisado, em termos de crescimento da economia de forma sustentável, há vários anos, prejudicando toda a cadeia produtiva geradora de empregos e renda.

Já passou da hora de se criar uma nova modalidade de recuperação judicial que atenda a necessidade de redinamização econômica.

Antônio Marcus Machado, economista



Mesmo porque, não foi o setor privado isoladamente que causou todo esse desequilíbrio político, econômico e social, mas sim, e principalmente, a inépcia do governo de forma geral.

Não se trata, nesse caso, de nenhuma bondade, de nenhum ‘almoço grátis’ como diria Milton Friedman, mas a recomposição da massa muscular empresarial.

Com os municípios endividados ou com baixa capacidade de investimentos, será o setor privado a moça propulsora da revitalização econômica.

Empresas geram empregos e pagam impostos. Nada mais justo então que oferecer-lhes essa oportunidade de forma justa e transparente”.

### Consequências

▶ O PROJETO DE RECUPERAÇÃO judi-

## Senado adia conclusão de votação do fim de foro

A conclusão da votação da PEC que prevê o fim do foro privilegiado deve atrasar no Senado após a apresentação de uma emenda que levou a proposta de volta para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A emenda, do senador Roberto Rocha (PSB-MA), trata da criação de uma vara especial para processar autoridades.

A PEC foi aprovada em primeiro turno em abril, restando apenas uma segunda votação para seguir à apreciação dos deputados.

O texto já votado limita regra aos presidentes da República, do Senado, da Câmara e do Supremo Tribunal Federal. O prazo para discussões antes da votação final se esgotava ontem. Agora, a data ficou incerta.

## **Começa julgamento de recurso de siderúrgica contra multas impostas pela PMV**

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) começou a analisar, na tarde desta segunda-feira (8), o Agravo de Instrumento interposto por uma siderúrgica contra o Município de Vitória. Trata-se de um recurso contra a decisão de primeiro grau, por meio do qual o magistrado indeferiu o pedido de liminar pleiteada nos autos, para suspensão da tramitação de cinco autos de infração lavrados pela municipalidade (Mandado de Segurança n.º 0015498-12.2016.8.08.0024). Segundo os autos, as penalidades chegam a R\$ 35 milhões.

O mandado de segurança foi impetrado contra ato praticado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, pela Coordenadora de Fiscalização Ambiental, pelo Engenheiro Ambiental da Coordenação de Monitoramento Atmosférico, Hídrico e do Solo, e do Gerente de Controle Ambiental, todos funcionários da Prefeitura de Vitória.

Além disso, a agravante sustenta que o município de Vitória não poderia intervir no caso, só se houvesse inércia do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o que não vem ao caso, já que possui licença válida para praticar suas operações, a qual foi expedida pelo IEMA.

Em seu voto, o desembargador substituto Marcos Assef Do Vale Depes, relator do processo, destacou que o julgamento deve se restringir apenas a análise dos requisitos necessários para obtenção da tutela provisória de urgência, ou seja, não se devem discutir temas ainda não enfrentados em primeira instância.

O magistrado demonstrou a competência comum entre os entes federativos para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas. “Tenho por válidos os atos de infração e constatação lavrados pela Prefeitura Municipal de Vitória, razão pela qual, não vislumbro, a princípio, a “fumaça do bom direito”, requisito indispensável à concessão da tutela de urgência pleiteada na ação originária e objeto da presente recurso”, afirmou o desembargador em seu voto.

Dessa forma, o relator negou provimento para manter a Decisão de primeiro grau. Em seguida, o desembargador Manoel Alves Rabelo acompanhou o voto. Por fim, o desembargador Robson Luiz Albanez pediu vista dos autos para melhor análise. O julgamento será retomado após a análise do magistrado.

## **Justiça acolhe pedido do Sindipol e obriga Estado a atualizar valores de correção**

A juíza Heloisa Cariello, da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos, Meio Ambiente e Saúde de Vitória, determinou o Estado a fazer a atualização do valor contingenciamento dos salários de mais de 2.300 policiais civis. A atualização tem de ser feita com correção monetária e juros de mora incidentes sobre os valores ilegalmente descontados e posteriormente pagos pelo Estado do Espírito Santo.

Segundo as informações do Blog do Elimar Côrtes, a decisão da magistrada, relativa aos autos número 0003678-55.2000.8.08.0024, foi assinada no dia 2 deste mês e determina o imediato pagamento aos policiais que, há 17 anos, lutam na Justiça para ter de volta o que foi retirado pelo governo do Estado. O processo já transitou em julgado e o Estado perdeu em todas as instâncias.

A decisão atende a um pleito do Sindicato dos Servidores Policiais Civis do Estado do Espírito Santo (Sindipol/ES). Pelo cálculo realizado pela entidade, mais de R\$ 18 milhões terão de ser devolvidos aos 2.300 policiais civis prejudicados pelo governo em 1999.

Os policiais vão começar receber juros e correções monetárias relativos à retenção de seus salários promovida pelo ex-governador José Ignácio Ferreira, entre janeiro a agosto de 1999, no primeiro ano de seu governo. O chamado contingenciamento foi a forma que José Ignácio encontrou para pagar em dia o funcionalismo público estadual. O antecessor dele, o petista Vitor Buaiz, já havia deixado de pagar os meses de outubro, novembro e dezembro de 1998, último ano de seu governo.

Em março de 2000, o Sindipol entrou com duas ações na Justiça: uma para pagamento integral dos salários (acabar com a retenção) e outra para cobrar do Estado os valores contingenciados, com juros e correções monetárias.

Tão logo se encerrou o decreto do contingenciamento, que atingiu todos os servidores públicos do Executivo Estadual, o governador José Ignácio pagou os valores retidos, mas “esqueceu” dos juros e das correções monetárias, uma exigência legal e prevista no Regime Jurídico Único dos Servidores.

O Sindipol manteve a ação na Justiça, que transitou na 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual de Vitória. Em sentença proferida no dia 23 de setembro de 2009, o juiz Rodrigo Cardoso Freitas julgou procedente o pleito do Sindipol, condenando o Estado do Espírito Santo “ao pagamento dos valores ilegalmente descontados dos vencimentos dos autores (policiais) correspondentes aos meses de outubro a dezembro de 1998, inclusive 13º salário, bem como da diferença de 20% descontados no período de janeiro a agosto de 1999, caso alguma das parcelas não tenham sido pagas à integralidade”.

Na mesma sentença, o juiz Rodrigo Cardoso Freitas condenou o Estado a fazer o pagamento com juros de mora e decidiu ainda que “haverá o acréscimo às referidas condenações de correção monetária na forma da Lei nº 6.899/81, contada da época do respectivo vencimento.”

O Estado recorreu e, em 13 de dezembro de 2011, o Tribunal de Justiça publicou acórdão, em que prevaleceu o voto do relator da apelação, desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa, da 3ª Câmara Cível:

## **IPAJM deve incluir cônjuge homoafetivo como dependente de servidora**

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) confirmou sentença da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos, Meio Ambiente e Saúde de Vitória, que determinou que o Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro (IPAJM) incluísse como dependente de uma servidora pública a mulher com a qual ela é casada.

O IPAJM recorreu da sentença ao TJES, argumentando que a condição de beneficiária pressupõe a morte da titular, o que ainda não ocorreu, e que a súmula 340 do STJ estabelece que “a lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito da segurada”.

Em suas contrarrazões, a servidora afirma que convive maritalmente com sua mulher há aproximadamente 10 anos, que esta é sua dependente na declaração de imposto de renda e que esses fatos nunca foram impugnados.

Para o relator do processo na 2ª Câmara Cível, Desembargador Substituto Delio José Rocha Sobrinho, a sentença de 1º grau deve ser mantida, pois a jurisprudência já pacificou o entendimento de que as uniões homoafetivas são entidades familiares e, ainda, “que a pretensão da autora de reconhecimento de convivente cônjuge homoafetivo para fins previdenciários é legítima e amplamente acolhido por nossos Tribunais, seja se tratando de previdência pública ou de particular complementar”, destacou o magistrado.

## **Justiça acolhe pedido do Sindipol e obriga Estado a atualizar valores de correção**

“Não há como agasalhar o que deseja o apelante (Estado do Espírito Santo) pelos fundamentos que passo a aduzir, que é parágrafo VI do Artigo 7º da Constituição Federa: são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo”.

Depois que a sentença transitou em julgado – quando não cabem mais recursos –, os advogados Rodrigo Santos Nascimento e Gustavo Bragatto Dal Piaç, que são do Sindipol, entraram com uma ação de “Cumprimento de Sentença”, que é a execução para o pagamento que o Estado deve aos policiais e tramita na 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual de Vitória.

O valor de ressarcimento varia de R\$ 6 mil a 25 mil – é de acordo com cargos e salários dos policiais na época do contingenciamento. A ação é em favor de associados do Sindipol e beneficia investigadores, delegados, agentes de Polícia, escrivães, peritos, médicos-legistas e demais servidores da instituição policial.

No entanto, o Estado deixou de cumprir o que determinava a sentença já transitada em julgado. Por isso, o Sindipol/ES entrou com novo pedido de “Cumprimento de sentença”, objetivando o recebimento da obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.

O Departamento Jurídico do Sindipol apresentou à Justiça documentos, como fichas financeiras, planilha e cálculos. Intimado, o Estado, em impugnação apresentada, alegou: a) a execução deve ser extinta, dada ausência de memorial de cálculo discriminado; b) o valor principal da presente execução já foi adimplido; c) indispensável a produção de prova pericial técnica; e por fim, d) a atualização dos valores da execução deverão observar os critérios de correção monetária e juros de mora aplicáveis a Fazenda Pública. O Sindipol combateu as teses do Estado.

Em sua decisão, a juíza Heloisa Cariello lembra da sentença favorável ao Sindipol proferida em 23 de setembro de 2009 e mantida pelo Tribunal de Justiça. Feitas estas considerações preliminares, passa-se a análise da impugnação.

## **VV deve indenizar em R\$ 264 mil família de ciclista atropelado por viatura da guarda**

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) confirmou sentença de primeiro grau que condena o Município de Vila Velha a indenizar, a título de danos morais, em R\$ 264 mil, os filhos de um aposentado que foi atropelado, enquanto trafegava de bicicleta pela Rodovia Darly Santos, por uma viatura da Guarda Municipal, vindo a óbito.

De acordo com os autos, um agente da guarda conduzia o veículo de forma imprudente, já que trafegava pelo acostamento, a fim de avançar o sinal de trânsito e com velocidade acima do permitido. O relatório da perícia informou que o veículo colidiu com a bicicleta, projetando o pai dos autores da ação contra o para-brisa do carro. Com o choque, o ciclista morreu no local do acidente.

Além disso, uma testemunha informou que, no momento do acidente, o sinal estava fechado para os veículos e a vítima atravessava a via na faixa de pedestres, tendo visualizado o momento em que a viatura avançou o sinal, vindo a atingir a vítima.

Na apelação, o município de Vila Velha alegou conflito entre os depoimentos das testemunhas. Entretanto, os desembargadores do TJES entenderam que não houve mudança no que foi alegado pela testemunha e, portanto, inexistente motivo para desqualificar as declarações da mesma, já que narrou com detalhes toda a dinâmica do acidente.

Por fim, em relação aos valores, o relator do processo no TJES, desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama, teve o mesmo entendimento do magistrado de primeiro grau, mantendo a condenação do município de Vila Velha a pagar indenização de R\$ 88 mil a cada um dos filhos da vítima.

“Consideradas as condições peculiares das partes envolvidas e a magnitude do evento, de modo que o montante seja suficiente para suavizar o infortúnio da vítima e representar sanção ao ofensor, reputa-se adequado o montante arbitrado na instância a quo, em atenção aos vetores da razoabilidade e proporcionalidade aplicados segundo as peculiaridades do caso concreto”, concluiu o relator.

## **Justiça condena município de Vila Velha a pagar R\$ 264 mil à família de aposentado atropelado**

**Vítima seguia de bicicleta pela Rodovia Darly Santos e foi atropelada pela guarda. Com o choque, o ciclista morreu no local do acidente.**

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) confirmou sentença de primeiro grau que condena o Município de Vila Velha a indenizar, por danos morais, em R\$ 264 mil, os filhos de um aposentado que foi atropelado, enquanto seguia de bicicleta pela Rodovia Darly Santos, por uma viatura da Guarda Municipal, vindo a óbito.

De acordo com o processo, um agente da guarda dirigia de forma imprudente, já que trafegava pelo acostamento, para avançar o sinal de trânsito e com velocidade acima do permitido. O relatório da perícia informou que o veículo colidiu com a bicicleta, projetando o pai dos autores da ação contra o para-brisa do carro. Com o choque, o ciclista morreu no local do acidente.

Além disso, uma testemunha informou que, no momento do acidente, o sinal estava fechado para os veículos e a vítima atravessava a via na faixa de pedestres, tendo visto o momento em que o carro avançou o sinal, atingindo o ciclista.

Na apelação, o município de Vila Velha alegou conflito entre os depoimentos das testemunhas. Entretanto, os desembargadores do TJ-ES entenderam que não houve mudança no que foi alegado pela testemunha e, portanto, inexistiu motivo para desqualificar as declarações dela, já que narrou com detalhes toda a dinâmica do acidente.

Por fim, em relação aos valores, o relator do processo no TJ-ES, desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama, teve o mesmo entendimento do magistrado de primeiro grau, mantendo a condenação do município de Vila Velha a pagar indenização de R\$ 88 mil a cada um dos filhos da vítima.

“Consideradas as condições peculiares das partes envolvidas e a magnitude do evento, de modo que o montante seja suficiente para suavizar o infortúnio da vítima e representar sanção ao ofensor, reputa-se adequado o montante arbitrado na instância a quo, em atenção aos vetores da razoabilidade e proporcionalidade aplicados segundo as peculiaridades do caso concreto”, concluiu o relator.

## **Moto roubada é recuperada por agentes da Secretaria de Justiça do ES**

**Os suspeitos se assustaram quando viram a viatura da Sejus e caíram na pista.**

Agentes da Secretaria Estadual de Justiça (Sejus) recuperaram uma motocicleta roubada no bairro Queimados, na Serra, na Grande Vitória, no final da tarde desta segunda-feira (8).

Segundo um dos agentes, que não quis se identificar, eles estavam na viatura da secretaria transportando detentos que tinham ido ao Fórum da Serra.

“Quando voltávamos para o presídio, dois homens que estavam em uma Honda amarela se assustaram quando viram a viatura”, contou.

Em seguida, os suspeitos se desequilibraram e caíram na pista. Os agentes tentaram abordá-los, mas eles fugiram por um matagal. Além da motocicleta roubada, os criminosos deixaram para trás uma arma de grosso calibre.

A vítima do roubo da moto estava próximo ao local e contou que o crime havia ocorrido poucos minutos antes.

VIOLÊNCIA NA GRANDE VITÓRIA

# Estudante agredida em roubo de celular

Enquanto caminhava na direção da igreja em que frequenta, no bairro Coqueiral de Itaparica, em Vila Velha, uma universitária, de 26 anos, foi rendida e agredida por dois assaltantes, na noite de segunda-feira.

Os suspeitos, Lucas Silva dos Santos, de 25, e Maurício Silva Oliveira, 23, foram presos minutos após o crime. Eles roubaram o celular da vítima, que foi recuperado pela Polícia Militar.

A jovem revelou, em depoimento, que caminhava pela avenida Saturnino Rangel Mauro, falando ao telefone com uma amiga. No momento em que ia atravessar a rua, ela percebeu que os dois acusados estavam em uma bicicleta, olhando para ela. Ela atravessou e os dois anunciaram o assalto.

Segundo a vítima, Maurício passou a mão no rosto dela e a arranhou. Os dois exigiram que a jovem entregasse seu aparelho celular. Lucas, então, colocou a mão na boca da vítima para evitar que ela gritasse. Nesse momento, Maurício deu um soco no rosto da vítima

e ela acabou soltando o aparelho. Os dois bandidos fugiram com o celular e logo depois dois policiais em duas motos passaram no local. A vítima explicou para os PMs o que tinha acontecido e os militares passaram a fazer buscas na região.

Antes da chegada dos PMs, a corrente da bicicleta dos suspeitos soltou e os dois tiveram que parar para consertar.

Foi nesse momento que os policiais apareceram e Maurício se entregou. Lucas fugiu e os PMs foram atrás dele. Ele foi detido, mas conseguiu se desvencilhar dos militares e continuou fugindo. O bandido chegou a se esconder embaixo de um carro, na avenida Santa Leopoldina, no mesmo bairro.

Lucas foi encontrado pelos PMs, que precisaram usar spray de pimenta nele, para evitar que fugisse de novo. Os acusados confessaram o crime e afirmaram que vieram da Bahia há uma semana. Eles alegaram que passavam fome e resolveram fazer assaltos. Os dois foram autuados por roubo e levados para o presídio.



DELEGADO Augusto Giorno diz que bandido é agressivo ao procurar celular

## PM diz que mudanças estão funcionando

As mudanças feitas na Polícia Militar, após a greve de 22 dias, estão funcionando, segundo o subcomandante do Comando de Polícia Ostensiva Metropolitana (CPOM), tenente-coronel Antonio Marcos de Souza Reis.

“Estamos em um processo de mudança bastante acelerado de forma que possamos oferecer uma amplitude de visibilidade da PM porque é assim que evitamos o crime e garantimos a ordem pública.”

Porém, ele explicou que essa retomada está acontecendo de forma gradativa. “As mudanças estão funcionando, mas temos avançado. Por exemplo, estamos retomando o processo de conversação com as comunidades, o que é fundamental. A PM está se reunindo com a Polícia Civil para compartilhar informações, como dados estatísticos, para refazer o planejamento.”

Outra tática, além de intensificar o patrulhamento em bairros, é concentrar grandes efetivos em locais específicos. Ele falou ainda da Operação Força Total realizada a cada 15 dias. “Fechamos as administrações dos batalhões e do QCG (Quartel do Comando Geral) e vamos para as ruas fazer pontos de bloqueio, de saturação e aboragens. A terceira será em breve.”

# Aparelho serve como moeda de troca

No topo dos objetos mais cobiciados pelos bandidos, o celular, tem sido usado até como moeda de troca, além de ser comercializado.

O delegado adjunto da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes, Augusto Giorno, disse que normalmente o roubo do celular não é feito por um simples usuário, mas por um bandido mais agressivo e armado.

Um dos destinos desses aparelhos são as bocas de fumo, onde os celulares acabam sendo negociados em troca de drogas.

A chefe da 4ª Delegacia Regional de Cariacica, delegada Arminda Rodrigues, disse que praticamente todo o dia tem registro de roubo de celular, ocorridos principalmente em Campo Grande e Itacibá.

Ela contou que os aparelhos e suas peças, além de serem usados



DELEGADA Arminda Rodrigues, titular da 4ª Delegacia Regional de Cariacica, disse que peças de celulares roubados por criminosos

como moeda de troca, também são vendidos no mercado informal.

Mas ela falou das dificuldades que a polícia tem em identificar o criminoso. “Poderíamos ter o po-

der para agir mais rápido, mas precisamos de uma autorização judicial para a quebra de sigilo.”

O chefe da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa, delegado

José Lopes, alertou para os perigos, inclusive de morte, e orientou que as vítimas jamais reajam.

“As pessoas não devem reagir, pois eles (bandidos) não têm o que perder. A vida é o bem maior. O celular você compra outro.”

O presidente da Associação dos Magistrados do Estado, Ezequiel Turbido, defende um conjunto de medidas para evitar as investidas de criminosos, como reforçar o policiamento, evitar que as armas cheguem aos bandidos, melhorar a iluminação pública, entre outras.

Já o conselheiro da Ordem dos Advogados do Estado, seccional capixaba (OAB-ES), Rivelino Amaral, saiu em defesa de investimento em tecnologia, como instalação de câmeras de videomonitoramento nas ruas, e contratação de pessoal por meio de concurso público.

### DICAS DA PM

#### Evitar celular em mesa

- > NÃO CARREGUE o celular à mostra nas ruas e nos ônibus.
- > SE O TELEFONE tocar enquanto estiver na rua, procure um lugar seguro para atender, como estabelecimento comercial ou recepção de um prédio.
- > EVITE usar o celular no bolso de trás, pois geralmente o aparelho é maior e chama a atenção de bandidos.
- > NUNCA DEIXE o celular sobre uma mesa em estabelecimentos.
- > NÃO ATENDA o celular enquanto estiver dirigindo, pois além de ser uma infração de trânsito, o motorista pode chamar atenção de alguém estiver para ao lado, por exemplo no sinal, ou quando estiver chegando em casa ou estacionando o veículo.
- > SE A PESSOA tiver um celular 3G, instale um programa com rastreador, assim em caso de roubo é mais fácil de localizar o criminoso ou telefone.
- > NOS CONTATOS da agenda no celular, não coloque pai, mãe ou filho, pois isso poderá possibilitar uma outra ação criminoso: os golpes.
- > EVITE armazenar fotos e vídeos íntimos, já que as imagens poderão ser usadas para chantagem as vítimas.
- > PROCURE SABER o número do IMEI (identificação do celular), pois no caso de perda ou roubo, a vítima poderá informar a operadora e o aparelho poderá ser bloqueado.
- > SE FOR ALVO, não reaja.

Fonte: Tenente-coronel Antonio Marcos Souza Reis, subcomandante do Comando de Polícia Ostensiva Metropolitana

# Promotor de Justiça pede união

Classificando como um dos grandes desafios, o dirigente do Centro Criminal do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, promotor de Justiça Pedro Ivo de Sousa, pediu união à violência.

Mas ele observou que esse desafio é nacional. No Estado, ele lembrou que os índices de violência estavam em queda, mas que, especialmente após a crise na segurança pública, quando ocorreu o movimento paredista da Polícia Militar, o cenário mudou.

E para esse combate à violência, ele diz que é fundamental que cada um faça a sua parte, inclusive com a participação da sociedade.

“Lógico que todos nós gostaríamos que o Estado garantisse a se-

gurança pública para todo mundo, sendo preciso reconhecer que muita coisa tem sido feita pelo Estado. Mas ainda é necessário recompor o efetivo policial, investir em capacitação, melhor estruturação, novas tecnologias e outros. No entanto, como não é possível encontrar respostas a curto prazo, nós precisamos de unir forças, inclusive envolvendo a sociedade junto nessa batalha.”

Na prática, o promotor de Justiça entende que um comportamento preventivo do cidadão pode dificultar a ação de um criminoso.

Por isso, ele deu exemplos de atitudes que podem ser evitadas. “Na medida do possível, nós devemos evitar locais, horas e compor-

tamentos que nos exponha ainda mais, como sacar dinheiro ou abastecer o carro de madrugada, andar portando ostensivamente objetos ou valores, entre outros.”

Paralelo a isso, ele convida a população para participar no próximo dia 28 de um pedalaço pela paz, com saída da Praça do Papa, em Vitória, até a Praia da Costa, Vila Velha, passando pela Terceira Ponte. A saída deve ser antes das 8 horas.

O procurador de Justiça, Sócrates de Souza, também pediu união a violência. Ele destacou que as pessoas estão com medo de sair. “A gente tem visto policiais nas ruas, mas o número ainda é muito reduzido. Precisamos que a PM intensifique o seu trabalho.”



PROMOTOR de Justiça Pedro Ivo

PARTICIPARAM DESTA REPORTAGEM: Alessandro de Paula, Eliane Proscholdt, Francine Spinassé e Simony Gir...

## Famílias vão mobiliar prédio no Centro

Enquanto trabalham para limpar e dar mais dignidade ao local, os ocupantes do Edifício Presidente Vargas, no centro de Vitória, já se organizam para mobiliar o prédio e distribuir as famílias.

A partir de hoje, o prédio do antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) vai começar a receber os móveis das famílias, segundo o músico Vicente Mendes Filho, o MC Tim, um dos líderes do grupo que luta por moradia.

“A ideia é que as 600 famílias que estavam na ocupação — entre os bairros Grande Vitória e Universitário — venham para cá aos poucos”, afirmou MC Tim.

Cerca de 300 pessoas estão no local desde o último sábado, dia 6. Os ocupantes fizeram um mutirão de limpeza, retirando grande quantidade de lixo, móveis e eletrodomésticos estragados do térreo e do primeiro andar, que estão sendo utilizados.

Os outros 11 andares foram in-

terditados pelos líderes do movimento, já que não foram limpos e estão repletos de lixo, animais mortos e até lotes de remédios vencidos.

Cerca de 15 cômodos já foram limpos. A ideia dos ocupantes é distribuir uma família por cômodo e limpar os outros andares conforme o número de pessoas aumente.

Os ocupantes também planejam a instalação de uma “Bomba Sapo” para drenar a água de chuva acumulada que alagou uma garagem no subsolo.

O imóvel, que pertence à União, está abandonado desde 2010. A Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo (SPU-ES) pediu na última segunda-feira para que a Procuradoria-Geral da União (PGU) entre com uma medida judicial solicitando a reintegração de posse do edifício. A Justiça ainda não concedeu a liminar de reintegração.



DAYANA SOUZA/AT

**CERCA DE 300 PESSOAS** ocupam o local desde o último sábado

## TERMÔMETRO

**IN  
UVA****OUT  
CAJU****Proibidos**

Os manifestantes que estavam acampados em Curitiba tiveram que desfazer suas barracas. Tudo isso porque a juíza Diele Dernardin, da 5ª Vara da Fazenda Pública da cidade, por meio de um liminar, proibiu qualquer tipo de

acampamento nas ruas e praças da capital paranaense durante 48 horas. Por enquanto, os manifestantes foram para cidades que fazem divisa, como São José dos Pinhais, Araucária e Campo Magro.

**GALERIA**

**TUDO INFORMATIZADO**

A OAB-ES fez, na segunda-feira, a 1ª reunião informatizada do Conselho Seccional. Já é possível acompanhar todos os processos em tramitação na Ordem durante a sessão.